

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 100.891 - MS (2018/0183684-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : DIEGO GARCIA DE SOUZA (PRESO)
ADVOGADO : IRACENO TEODORO ALVES NETO - MS017156
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por DIEGO GARCIA DE SOUZA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul no julgamento do HC n. 1403048-45.2018.812.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso preventivamente em 22/3/2018 por ter supostamente praticado os delitos de organização criminosa, tráfico de entorpecentes, comércio ilegal de armas de fogo e receptação.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS, COMÉRCIO ILEGAL DE ARMAS DE FOGO E RECEPTAÇÃO – PRISÃO PREVENTIVA – REQUISITOS PREENCHIDOS – GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO – NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA – REITERAÇÃO DELITIVA – PERICULOSIDADE DO PACIENTE EVIDENCIADA – CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS – IRRELEVANTES – INSUFICIÊNCIA DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO CÁRCERE – ORDEM DENEGADA.

I- À luz do artigo 313 do CPP, mostra-se necessária a manutenção da prisão preventiva quando verificados os pressupostos do art. 312 do mesmo diploma legal, quais sejam: fumus comissi delicti (existência de prova da materialidade e indícios da autoria) e periculum in libertatis (para garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal), considerando-se a elevada gravidade em concreto dos delitos de tráfico de drogas, comércio ilegal de armas de fogo e receptação, supostamente cometidos pelo paciente, porquanto as investigações policiais, secundadas por interceptações telefônicas devidamente autorizadas pelo juízo a quo, demonstraram que o paciente tinha, em tese, a função de chefiar um dos núcleos de distribuição de drogas na cidade de Três Lagoas/MS. O caso revela, outrossim, a extrema gravidade da conduta

Superior Tribunal de Justiça

do paciente. Com efeito, a prisão preventiva encontra-se fundamentada nos requisitos estampados nos artigos 312 e 313 do CPP, justificando-se para a garantia da ordem pública e da instrução criminal, considerando-se a perniciosa em concreto dos delitos de tráfico de drogas, comércio ilegal de armas de fogo e receptação, supostamente cometidos por ele.

II- A prisão preventiva deve ser aplicada sempre que houver possibilidade de reiteração delitiva, demonstrada a real possibilidade de que o agente, em liberdade, volte a delinquir. Precedentes jurisprudenciais.

III- Em relação à alegação de que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis, tais como trabalho lícito, residência fixa, sabe-se que não bastam, por si sós, a garantir a liberdade provisória, mormente quando presentes os pressupostos da prisão preventiva, previstos no art. 312 do CPP.

Com o parecer, ordem denegada (fl. 62).

No presente recurso, alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

O recurso está prejudicado.

Isso porque segundo consta do andamento processual no *site* do Tribunal de origem, foi expedido alvará de soltura em favor do recorrente em 26/9/2019.

Dessa forma, inegável a perda superveniente do objeto do recurso.

Ante o exposto, com base no art. 34, XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

